

**FAIR TRADE: UMA ALTERNATIVA PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA? UMA ANÁLISE SOBRE A COOPERATIVA COOPFAM**

DÉBORA DIAS RESENDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

JOSÉ ROBERTO PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à orgão de fomento:

Agradecemos ao apoio à pesquisa a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

FAIR TRADE: UMA ALTERNATIVA PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA? UMA ANÁLISE SOBRE A COOPERATIVA COOPFAM

1. INTRODUÇÃO

Diante das desigualdades sociais agravadas pela lógica excludente do sistema capitalista, a Economia Solidária tem se afirmado como uma proposta alternativa de organização econômica voltada para a inclusão produtiva, a justiça social e a valorização do trabalho humano (França Filho; Eynaud, 2020; Laville, 2023). No Brasil, esse modelo ganhou visibilidade a partir das crises econômicas das décadas de 1980 e 1990, quando o desemprego estrutural e a precarização das relações de trabalho atingiram níveis alarmantes (Hillenkamp, 2017; Oliveira, 2013).

Nesse contexto, trabalhadores e comunidades passaram a constituir empreendimentos autogestionários, como forma de garantir sua subsistência e autonomia (Singer, 2013). A Economia Solidária, no entanto, não emerge apenas como resposta às falhas do mercado, mas como expressão concreta de resistência (Singer, 2013) e de construção de novas formas de sociabilidade econômica (França Filho; Laville, 2004; Laville, 2023).

Na Economia Solidária, compreende diversos tipos de organizações e movimentos solidários, como associações, cooperativas, organizações mutualistas, o sistema *fair trade* (comércio justo), finanças solidárias, entre outros (França Filho, 2006). O movimento do comércio justo visa promover o bem-estar social, estabelecendo preços aos produtos que permitam salários dignos para os trabalhadores (Bürgin; Wilken, 2021). Para Laville (2023, p.188) o comércio justo “procura enquadrar as relações comerciais de forma a proteger os produtores e a preservar o meio ambiente”.

Para impulsionar o *fair trade* precisa-se de numerosos consumidores, assim estes estarão apoiando de forma ativa os produtores desta rede, possibilitando mudanças de opiniões, regras e práticas relacionadas a comercialização convencional, portanto, acredita-se que ao aumentar o volume deste tipo de negócio possibilita remunerar melhor e uma maior quantidade de produtores, e ao mesmo tempo, promove ações de sensibilização para questionar a realidade do comércio mundial (Laville, 2023).

Como apontado por Statista (2018), cada vez mais os produtos que compõem essa rede solidária estão sendo procurados por consumidores, o que fez as receitas mundiais de produtos oriundos do *fair trade* aumentarem 1184% entre 2004 e 2018. Ademais, conforme Laville (2023) o *fair trade* possibilita a melhora do nível de vida de 2 milhões de produtores e trabalhadores, demonstrando o potencial econômico e social do comércio justo.

Borsky e Spata (2018) em seu estudo aponta como o comércio justo contribuiu para a capacidade adaptativa dos pequenos agricultores em relação as mudanças climáticas, seja proporcionando maior renda, para que parte desta seja voltada para medidas adaptativas, ou ainda por meio de aquisição de conhecimento e experiências, demonstrando que o *fair trade* é uma opção viável e sustentável. Já Guevaro-Rosero *et al.* (2024) identificam que os membros das organizações solidárias que são certificadas pelo comércio justo são mais propensos a relatarem um alto nível de satisfação devido ao aumento da renda e resultados financeiros positivos, em comparação com indivíduos de organizações solidárias que não são certificadas pelo *fair trade*.

Diante esta contextualização, surge o questionamento: qual seria a importância do sistema *fair trade* para a Economia Solidária e suas organizações? Para aprofundar sobre tal aspecto, esta pesquisa apresenta como objetivo compreender a atuação do sistema *fair trade* na Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), por meio de um estudo qualitativo básico. A COOPFAM é uma cooperativa formada por cafeicultores de Minas

Gerais, certificada desde 1998, sendo a primeira organização brasileira a adentrar no sistema *fair trade* (Pedini, 2011).

A justificativa para este estudo se fundamenta, na relevância social da Economia Solidária como instrumento de enfrentamento às desigualdades estruturais que marcam a sociedade. Em especial, destaca-se sua capacidade de promover a organização coletiva, a distribuição equitativa da renda e o fortalecimento do tecido social local (Hillenkamp, 2017; Singer, 2013). Além disso, a pesquisa dialoga com debates teóricos contemporâneos que consideram a Economia Solidária como um modo de produção em construção, com potencial de transformação social (França Filho; Eynaud, 2020; Laville, 2023).

Ao enfatizar o sistema *fair trade*, contribui para ampliar o debate sobre a democratização e sustentabilidade econômica ao fundamentar-se na solidariedade (Samuel; Derrick; Scott, 2014) e de desmistificar a precarização atribuída comumente as organizações solidárias (Pinheiro, 2013). Portanto, ao aprofundar a análise a partir da experiência dos cooperados da COOPFAM com o comércio justo, pretende-se conquistar subsídios teóricos-empíricos para contribuir com o movimento solidário.

Ao pesquisar nas bases da *Web of Science* (28 artigos) e da *Scopus* (13 artigos), nota-se que são poucos artigos que relacionam o *fair trade* com a temática Economia Solidária (*Solidary Economy*, *Social Economy*, *Third Sector* e *Social Solidary*). Em geral, esse entrelaçamento é feito de forma pontual, ao explicar que o *fair trade* está contido nesse tipo de economia, não aprofundando na sua relação e contribuição. Além disso, a maioria destes trabalhos são estudos teóricos, de revisão ou análise documental, apresentando escassez de artigos empíricos, qualitativos, que utilizem de entrevistas para a obtenção das informações, como é proposto nesta pesquisa.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta o referencial teórico. A segunda descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa. A terceira seção expõe a apresentação e análise dos dados coletados. A última seção apresenta as considerações finais, apontando os principais achados, as contribuições do estudo, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualizando a Economia Solidária

O surgimento da Economia Solidária está intrinsecamente relacionado à ascensão do capitalismo industrial, às lutas operárias, ao movimento socialista e ao cooperativismo (Gaiger, 2013; Hillenkamp, 2017; Singer, 2013). Contudo, práticas solidárias são milenares, estando presentes em diferentes culturas, como em comunidades indígenas (Martins, 2014).

Segundo Singer (2013), a Economia Solidária emergiu na Europa após a Revolução Industrial, como resposta ao empobrecimento dos artesãos e à precarização do trabalho. Algumas figuras, como Robert Owen, buscaram melhorar as condições dos trabalhadores por meio de leis protetivas. Hillenkamp (2017) corrobora essa perspectiva ao indicar que as primeiras manifestações da Economia Solidária datam do início do século XIX, com a organização de operários e camponeses em associações e cooperativas.

Na América Latina, a Economia Solidária foi introduzida no final do século XIX, com a chegada de imigrantes europeus. No entanto, seu desenvolvimento ocorreu de maneira distinta para cada país latino em razão das especificidades históricas, sociais e econômicas da região (Costa, 2011). No Brasil, essas práticas sempre existiram de forma dispersa em associações comunitárias e populares. A partir das crises econômicas das décadas de 1980 e 1990, marcadas pelo desemprego em massa, foi que a Economia Solidária ganhou destaque como alternativa de subsistência para os trabalhadores (Hillenkamp, 2017; Oliveira, 2013). Nesse contexto, a

Caritas Brasileira, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), teve papel relevante na promoção de projetos voltados à geração de trabalho e renda, como o Projeto Alternativo Comunitário (PAC), o que culminou em diversas experiências solidárias pelo país (Oliveira, 2013).

O reconhecimento institucional da Economia Solidária ocorreu em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por meio do Decreto nº 4.764, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A secretaria foi concebida como um instrumento de inclusão socioeconômica e combate à exclusão social (Oliveira, 2013). No entanto, em 2016, no governo Michel Temer, a SENAES foi rebaixada a subsecretaria, sofrendo cortes significativos de estrutura, orçamento e equipe (Cheron; Colomby; Salvagani, 2020).

Em 2019, no governo Jair Bolsonaro, a extinção do Ministério do Trabalho implicou também a extinção da SENAES, cujas funções passaram ao Ministério da Cidadania, restritas às políticas de assistência social (Pinho, 2019). Com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2023, o Ministério do Trabalho, a SENAES e o Conselho Nacional de Economia Solidária foram restabelecidos. As diretrizes atuais da secretaria incluem o mapeamento das organizações solidárias, a formação de trabalhadores, a criação de novas instituições e o fortalecimento de redes de cooperação. Tais iniciativas visam à revitalização e consolidação da Economia Solidária no Brasil (Caldas, 2024).

Após contextualizar o histórico da Economia Solidária, em especial no território brasileiro, no próximo tópico, evidencia outras questões que a permeiam, como as suas tipologias, conceitos e características, que a distingue da Economia Capitalista.

2.2 Compreendendo a Economia Solidária: nomenclatura, conceito e características

A Economia Solidária é um campo amplo e multifacetado, sem consenso quanto ao seu conceito e nomenclatura (Araújo, 2014). Termos como Terceiro Setor, Economia Social, Economia Popular e Economia Plural também são utilizados (França Filho, 2013). As diferenças conceituais decorrem dos contextos sócio históricos onde foram constituídos (França Filho, 2001, 2003, 2013; Laville, 2023).

Na América Latina, prevalecem os termos Economia Solidária e Economia Popular (Lechat, 2002), sendo este último fortemente influenciado por Razeto (1993), ao se referir às práticas econômicas desenvolvidas por populações pobres e marginalizadas. Essas experiências, geralmente, são constituídas por associações de pequenos portes e populares, que se desenvolvem entre os mais pobres (Razeto, 1993), suscitando dúvidas quanto à adequação do termo ao tratar, por exemplo, de cooperativas estruturadas. Por isso, este estudo adota a expressão Economia Solidária, como abordado por outros autores referências da área (França Filho, 2001, 2003, 2013; França Filho; Laville, 2004; Gaiger, 2003, 2013; Hillenkamp, 2017; Singer, 2013).

Em relação à conceituação, Araújo (2014) aponta que as divergências conceituais refletem o posicionamento dos autores sobre a Economia Solidária como novo modo de produção ou como alternativa mitigadora das falhas do capitalismo. Para Singer (2013, p. 10), trata-se de “outro modo de produção”, baseado na propriedade coletiva e na liberdade individual. Já Laville (2023), ao invés de entendê-la como uma nova forma de economia que substituiu o modelo dominante, a considera como um conjunto de práticas econômicas que reintegra a solidariedade democrática no centro da economia, articulando formas de trocas: mercantil, não mercantil e não monetárias. Trata-se, portanto, de uma economia plural, orientada pelo bem comum, que valoriza a autogestão, a cooperação e a democratização das relações econômicas.

O próprio Singer, no entanto, reconhece que a Economia Solidária na prática funciona como um paliativo dos males do capitalismo (Oliveira, 2013). Assim, este estudo, a fim de

aproximar com a realidade, compreende a Economia Solidária na visão de Laville (2023), mas, considera que as percepções de Singer (2013) é um objetivo a ser conquistado. Ressalta-se que apesar das diferentes concepções teóricas, os autores apresentam em comum as reflexões e críticas à racionalidade capitalista e a inserção do espírito solidário (França Filho; Eynaud, 2020). Dessa forma, fundamentado em Singer (2013), torna-se relevante distinguir os aspectos e características da Economia Solidária da Capitalista, sendo sintetizadas no quadro 01.

Quadro 01 - Diferenciação entre a Economia Capitalista e a Economia Solidária

Aspectos	Economia Capitalista	Economia Solidária
Ideologia	Competição	Solidariedade
Racionalidade	Calculista/ Mercantilista	Substantiva
Lógica	Acumulativa	Distributiva
Foco	Capital	Indivíduo
Liberdade	Individual	Individual
Propriedade	Individual	Coletiva
Resultado	Lucro	Sobra
Pagamento	Salário	Retirada
Distribuição do capital	Polarizada (concentração do capital nas mãos de poucos)	Igualitária
Gestão	Heterogestão	Autogestão
Processo Decisório	Concentrado na responsabilidade de um (presidente ou gerente) ou de um pequeno grupo como os acionistas. Limita ou exclui a participação dos trabalhadores.	Responsabilidade de todos. Participação Democrática.
Indivíduo	Alienado	Emancipado
Educação	Âmbito profissional/treinamento.	Preocupação com o desenvolvimento do pensamento crítico.
Status	Dominante/Institucionalizada	Alternativa/Paliativa/ Em construção

Fonte: Elaborado pelos autores (2022) a partir de Singer (2013).

Como visualizado, a Economia Solidária prioriza o ser humano, com base em princípios como solidariedade, cooperação, igualdade, democracia e autogestão, contrastando com a lógica capitalista centrada no capital, na competição e na heterogestão. O aspecto em comum é a liberdade individual, entendendo que em ambas as economias o indivíduo tem o direito de decidir onde e com o que trabalhar, ao contrário do tempo da escravidão (Singer, 2013).

Apesar de seu caráter coletivo e democrático, as organizações solidárias enfrentam fragilidades, como a falta de estrutura, preparo e planejamento, já que muitas surgem como resposta ao desemprego e à exclusão social (França Filho, 2002; Singer, 2013; Stahl; Schneider, 2013). Além disso, hierarquias implícitas entre os empreendimentos reforçam desigualdades internas, com cooperativas agrícolas e de crédito em posição privilegiada frente a iniciativas menores, como clubes de troca (Machado, 2014).

A desigualdade de gênero também persiste, com baixa participação feminina nos espaços de decisão, apesar do potencial emancipador da Economia Solidária (Simon; Boeira, 2017). A articulação entre Economia Solidária e Economia Feminista tem sido proposta como alternativa crítica ao androcentrismo da economia tradicional (Fernandez, 2018).

Entre os principais desafios estão: gestão precária de recursos, alta rotatividade, ausência de garantias laborais, problemas de produção e comercialização, e dependência de instituições externas (Stahl; Schneider, 2013). Soma-se a isso a concorrência desigual com empresas capitalistas, que oferecem produtos mais baratos e competitivos (Bürgin; Wilken, 2021), pressionando as organizações solidárias a se adaptarem ao mercado (Singer, 2013). Bürgin e Wilken (2021) reforça a importância de evidenciar de forma assertiva os benefícios e os diferenciais dos produtos oferecidos pelas organizações solidárias, para atrair mais clientes e vendas.

Singer (2013) aponta que a superação do modelo capitalista só ocorrerá se a Economia Solidária alcançar níveis semelhantes de eficiência e distribuição, com apoio de redes financeiras e tecnológicas solidárias. Para Gaiger (2004), o problema vai além da escassez de recursos, exigindo inovação nas práticas, nas políticas públicas e na intervenção social. Além disso, a gestão nestas organizações é fundamental, podendo acentuar ou mitigar fragilidades, influenciando a fidelidade das organizações solidárias a seus princípios (Davis; Bialoskorski Neto, 2010; França Filho; Eynaud, 2020).

O próximo tópico apresenta sobre os tipos de organizações solidárias, sendo enfatizado o *fair trade*. O conteúdo do quadro 01 é importante para auxiliar na compreensão dos aspectos necessários para fundamentarem uma organização solidária, pois, diante das distorções e influência do sistema capitalista, a nomenclatura não é suficiente para caracterizá-las como solidária.

2.3 Organizações Solidárias: uma ênfase do sistema *fair trade*

As organizações econômicas solidárias são diversas quanto ao nome, status, motivações, capacidades, estrutura e legislação, podendo ser formais, informais ou em transição (França Filho; Eynaud, 2020). Apesar das diferenças, compartilham o objetivo de alcançar eficiência e viabilidade por meio da cooperação e autogestão (Gaiger, 2003). Laville (2023) considera que as organizações solidárias não é apenas um conjunto de práticas econômicas alternativas, mas um espaço de transformação social e político.

Serva (1997) considera que uma organização solidária deve aplicar, e não apenas concordar com os valores solidários em sua gestão. Para França Filho e Eynaud (2020), essas organizações apresentam cinco características principais: são sociedades de pessoas, têm função social, operam com decisões horizontais, possuem propriedade coletiva dos meios de produção e o trabalho dos sócios não é assalariado. Araújo (2014) e Singer (2013) consideram que o diferencial destas organizações está na autogestão e no compromisso com a distribuição equitativa de recursos.

França Filho (2001, 2003, 2013) identifica quatro principais categorias da Economia Solidária no contexto europeu: a finança solidária (microcrédito, poupança solidária, microfinança, finança de proximidade, etc.); a economia sem dinheiro (formas de trocas ou intercâmbios econômicos alternativos; no Brasil são conhecidos como clubes de troca), as empresas sociais (empreendedorismo social voltado para atividades muito variadas) e o *fair trade* (canais de distribuição que prezam pela relação comercial mais justa; eliminação de intermediários e conscientização do consumo).

Segundo a Coordenadora Latino-Americana e do Caribe de Pequenos Produtores e Trabalhadores do Comércio Justo - CLAC (c2022), o *fair trade* ou comércio justo é um movimento social-econômico global que se originou nos países europeus ao final de 1940, como uma tentativa de sanar os problemas oriundos do comércio convencional como a desigualdade e o consumismo. Laville (2023) complementa que este tipo de comércio surge entre a união de representantes do Sul, que anseiam por comercializações “justas”, com organizações não-governamentais do Norte, associações ecológicas e de defesa dos direitos humanos, assim, organizações do Norte e do Sul se relacionam dialogicamente, fundamentando-se em especial, na transparência e no respeito.

O objetivo do *fair trade* é “conseguir maior equidade no comércio mundial que contribua para o desenvolvimento sustentável oferecendo melhores condições comerciais e garantindo os direitos dos produtores e trabalhadores marginalizados, particularmente do sul do planeta” (Laville, 2023, p. 188). Esse tipo de comércio se difere por priorizar a qualidade de vida dos seres humanos e por promover a sustentabilidade. Apresenta como princípios básicos: a criação de oportunidades para pequenos produtores; estabelece e mantém relações comerciais

solidárias, estáveis e em longo prazo entre os elementos da cadeia do *fair trade*; assegura um preço justo de venda; prioriza o ser humano e suas relações; promove a democracia, a equidade de gênero e a sustentabilidade ambiental (CLAC, c2022; *Fairtrade International*, 2019).

Para obter a certificação *fair trade*, a organização deve ser democrática, composta por produtores familiares e atender critérios de qualidade. Também deve promover melhorias contínuas em aspectos como transparência, igualdade, participação, sustentabilidade, direitos sociais e proibição de trabalho infantil ou forçado (*Fairtrade International*, 2019). Essa certificação é a permissão de colocar uma etiqueta nos produtos demonstrando que este é produzido de uma forma “justa”, além disso, ao visar uma comercialização pautada em trocas mais humanas e culturais, esta etiqueta conecta o produtor do comprador, ao visibilizar todas as informações das condições que o bem adquirido é produzido, substituindo o anonimato pela personalização (Laville, 2023).

No Brasil, a BRFAIR é a principal representante das organizações de pequenos produtores certificadas pelo *fair trade*. Essa organização é membro da CLAC, rede latino-americana criada em 2004, que faz parte da rede *FairTrade International*, principal organização responsável pelo comércio justo em nível mundial. A CLAC tem mais de 1.000 organizações em 24 países, atuando principalmente nos setores de café, mel, banana, cacau e açúcar (CLAC, c2022). A BRFAIR, por sua vez, reúne 20 organizações produtoras de café, 07 associações e 13 cooperativas, (majoritariamente localizadas em Minas Gerais) e 4 cooperativas de suco de laranja (nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo) (BRFAIR, c2024).

Uma crítica direcionada ao comércio justo, é que este precisa tomar cuidado para não reproduzir o problema do comércio convencional, em que unicamente os países do Sul fornecessem para o Norte. Diante disso, algumas redes deste comércio, incentivam a participação dos produtores para a definição de critérios que envolvem a comercialização. Outra possibilidade é que as relações do comércio justo sejam estendidas, podendo criar uma rede somente entre organizações do Sul (Sul-Sul) e outra rede somente com organizações do norte (Norte-Norte) (Laville, 2023).

Após explicar sobre os tipos de organizações, com ênfase no sistema *fair trade*, a próxima seção apresenta a metodologia adotada no trabalho.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, utilizando o estudo qualitativo básico como método. O nome da cooperativa COOPFAM é citado com autorização formalizada no Termo de Anuência e no Termo de Solicitação de Imagem, assinados pela presidente da entidade. A coleta de dados foi realizada por meio da entrevista semiestruturada, escolhida por sua agilidade, profundidade e flexibilidade (Flick, 2004). Antes do início oficial, foi feita uma entrevista teste, cujas informações foram descartadas, e o roteiro passou por revisão ortográfica feita por uma profissional com formação em Letras.

Foram selecionados cooperados com no mínimo três anos de associação, sendo homens e mulheres com ocupações distintas na cooperativa (administrativo, fiscal, ético, consultivo e somente cooperado), para obter múltiplas perspectivas. No processo, entrevistou-se por engano uma colaboradora. Devido a significância das informações, decidiu por mantê-las na análise. Portanto, ao total entrevistou quatro cooperados, seis cooperadas e uma colaboradora. A caracterização dos entrevistados é apresentada no Quadro 02.

Quadro 02- Perfil dos Entrevistados

Nome Fictício	Sexo	Ocupação na COOPFAM
Estrela	Feminino	Analista de Produção (colaboradora)
Áries	Masculino	Cooperado- Conselheiro Administrativo
Liz	Feminino	Cooperada - Conselheira Consultiva (Líder de núcleo)

Zeus	Masculino	Cooperado- Conselheiro Fiscal
Marimar	Feminino	Cooperada- Conselheira de Ética
Athos	Masculino	Cooperado- Conselheiro Consultivo (Líder de Núcleo)
Flora	Feminino	Cooperada
Frida	Feminino	Cooperada
Aramis	Masculino	Cooperado
Luna	Feminino	Cooperada/ Colaboradora
Sol	Feminino	Cooperada

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As onze entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente, em ambiente virtual. As conversas ocorreram por videoconferência, via *Google Meet* ou *WhatsApp*, de acordo com a preferência dos participantes, que se encontravam em suas residências ou na própria sede da cooperativa. A entrevista mais longa teve duração de 2h20min30s e a mais breve, 29min29s, com uma média de 1h36min. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. As transcrições seguiram dois formatos: naturalizadas, preservando gírias, expressões regionais e jargões específicos dos cooperados, aproximando o conteúdo do contexto real; e desnaturalizadas, com ajustes gramaticais para garantir a clareza e compreensão do discurso (Nascimento; Steinbruch, 2019).

Além das entrevistas, foi realizada uma pesquisa documental para complementar os dados coletados. Segundo Gil (1999), os documentos compreendem qualquer material escrito que possa servir como fonte de informação. Os documentos analisados incluíam artigos científicos que têm a COOPFAM como objeto de estudo, o regimento interno da cooperativa, seu organograma, informações disponíveis nos *sites* da própria COOPFAM, *Fairtrade International*, CLAC e BRFAIR, além de registros dos departamentos de cadastro e socioambiental — com destaque para os projetos sociais e ambientais realizados em 2022.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo segundo a perspectiva de Bardin (2016), estruturada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com inferência e interpretação. Na fase de pré-análise, organizou-se o material coletado por meio dos instrumentos de pesquisa, iniciando-se a formulação das primeiras ideias. Em seguida, na fase de exploração do material, foi possível aprofundar o estudo dos dados e, com base nas premissas e no referencial teórico, definir a categoria de análise e seus respectivos elementos. A última etapa, consistiu na condensação e no foco das informações, possibilitando a interpretação crítica e reflexiva dos dados (Bardin, 2016).

Definiu-se como categoria de análise Economia Solidária. Os elementos que a compõem referem-se à identificação de aspectos que caracterizam a cooperativa como uma organização solidária; identificação de aspectos que compreendem o funcionamento e a influência do sistema *fair trade* no âmbito da cooperativa; a verificação do nível de conhecimento dos entrevistados sobre a Economia Solidária e os desafios enfrentados pela organização.

Ao finalizar essa seção, a seguinte trata-se da apresentação e análise dos dados sendo construída conforme os direcionamentos da categoria da análise de conteúdo, apresentada no percurso metodológico.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 A história da COOPFAM: envolvimento com o *Fair trade*

A Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), fundada em 2003 em Poço Fundo (MG), reúne agricultores familiares com foco na produção de café convencional e orgânico. Em maio de 2022, contava com 489 cooperados (407 homens

e 82 mulheres), sendo 158 produtores de café orgânico e 331 de convencional, além de 62 colaboradores registrados (37 homens e 25 mulheres).

Sua trajetória inicia-se em 1991. Diante a influência dos movimentos sociais da Igreja Católica, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (Serva, 1996), e visando fortalecer a cooperação entre os agricultores, cria-se a Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo e Região (Pedini, 2011; Pedini; Machado, 2014). Inicialmente focada em compras coletivas de insumos, a associação se aproximou do comércio justo em 1996, após apoio externo que possibilitou contato com a *Max Havelaar*, na Alemanha. Em 1998, tornou-se a primeira organização brasileira certificada pelo *fair trade* (Pedini, 2011).

Os ganhos financeiros só começaram a partir de 2000, com a venda do café para empresas que pagavam preços superiores aos praticados localmente, revelando o potencial econômico e social da iniciativa (Pedini; Machado, 2014). A partir disso, a organização adquiriu sede própria, obteve o certificado de produção orgânica, fomentou a comercialização internacional e promoveu diversos projetos sociais (Martins; Toledo, 2018).

Em 2003, a associação foi transformada em cooperativa para viabilizar a emissão de notas fiscais e expandir sua atuação comercial. A associação continuou com as funções sociais até 2010. Após, ela foi extinta atribuindo os objetivos comerciais e sociais à cooperativa (Pedini, 2011).

Nota-se que desde a entrada da cooperativa para o *fair trade*, devido as exigências e disponibilidade de recursos, permitiu que a COOPFAM desenvolvesse diversos projetos para beneficiar os cooperados, os colaboradores e a comunidade local. Os projetos da cooperativa são propostos por cooperados e colaboradores, analisados pelo conselho administrativo e votados em assembleia extraordinária. A execução depende da aprovação e do número de interessados. A duração varia conforme o envolvimento dos participantes e os resultados alcançados.

Quadro 03 – Projetos COOPFAM 2022

<p>Projetos para a Comunidade</p>	<p>1-Alimentação para todos- Pastoral Social (parceria com a Igreja Católica, doação de cestas básicas e produtos de higiene). 2-Doação CRAS (distribuição de hortaliças para famílias vulneráveis). 3-Doações em geral (pessoas que pedem auxílio à cooperativa). 4- Luta Social- Monte Olimpo (patrocínio para jovens vulneráveis que praticam <i>jiu jitsu</i>). 5- Mais Cultura Folia de Reis (ajuda nos custos dos figurinos e adornos da festa local). 6- Reforma da Escola do bairro Quebra Machado (local da reunião mensal de um dos núcleos da cooperativa). 7-Comunidade Terapêutica- Recomeço (ajuda financeira para mulheres que estão em reabilitação). 8-Unidos pela Inclusão- AVP (pagamento de terapeutas para auxiliar crianças com necessidades especiais). 9-Ações Pedagógicas- ONG Maria Pequena (pagamento dos professores para aulas de reforço para crianças/alunos vulneráveis). 10- Promoção da Terceira Idade (realização de festa, sarau, poesia para os idosos). 11-Asilo de Idosos- Amadurecer (auxílio para comprar medicamentos para os idosos do asilo).</p>
<p>Projetos para a Família (cooperados e colaboradores)</p>	<p>1-Abelhas Nativas (polarização do café e produção de mel). 2-Inclusão Internet (colocar rede de <i>internet</i> na casa do cooperado). 3-Caminhos do Bem (rota de turismo para visitação das lavouras dos produtores). 4-Inglês sem Fronteira (cooperados e colaboradores pagam 70% das mensalidades e material do curso de inglês). 5-Segundo e Terceiro Encontro da Melhor Idade (projeto voltado para os idosos). 6-Troca de sementes e muda (um evento com palestras, cursos e doações de mudas e sementes para os cooperados). 7-Doação para o time de futebol (incentivar os esportes, doação dos uniformes). 8-COOPFAM Kids (um trabalho desenvolvido para os filhos dos cooperados). 9-CD COOPFAM (gravação das músicas autorais desenvolvidas pelos cooperados idosos). 10-Conclusão do Ensino Fundamental e Médio (contratação de um professor para dar aulas de reforço para os cooperados que se inscreverem no ENSEJA). 11-Livro da Vida (homenagem para a terceira idade, os fundadores). 12-Yoga para cooperados (90% das vagas) e colaboradores (10% das vagas) (foca na saúde mental e física, cooperativa paga 70% do valor). 13-Sarau, Música e Poesias (momento de diversão para os cooperados da terceira idade).</p>

<p>Projetos para as Mulheres (cooperadas)</p>	<p>1-HORT MOBI (distribuição de hortaliças e plantas medicinais para os cooperados, incentivar a produção e o consumo de alimentos orgânicos e a renda extra; inicialmente somente as mulheres podiam participar. Atualmente se expandiu para todos os cooperados). 2-Artesanato Sustentável (realização de produtos artesanais (mandala, cumbuca, relógio, etc.) com a palha do café). 3-Galinha Caipira (incentivar alimentos orgânicos, a segurança alimentar e gerar renda extra; a cooperativa distribui as galinhas pintainhas, os materiais para construir o galinheiro e a promoção de cursos). 4-Certificação Participativo do Café Feminino (CPCF) (realiza a autorização e certificação do café das mulheres produtoras e cooperadas da COOPFAM). 5-Saúde e Segurança (palestras sobre saúde geral da mulher do campo, nutrição, exercícios, e segurança do trabalho; as mulheres ganharam equipamentos de segurança e material para praticar exercícios físicos).</p>
<p>Projetos para os Jovens (filhos dos cooperados)</p>	<p>1- Café Jovem (projeto para motivar o jovem a permanecer no meio rural. O objetivo é fornecer recurso do fundo rotativo solidário aos jovens. A cooperativa empresta dinheiro sem juros para o jovem iniciar a sua lavourinha com 1000 pés de café. Quando o jovem vender a sua colheita, ele paga a cooperativa o empréstimo. Com o retorno desse dinheiro, a cooperativa investe em outros projetos sociais). 2- Pomares (esse ano a cooperativa incentivou o cultivo de Frutas Vermelhas, mas o projeto já trabalhou com frutas cítricas em 2019-2020; maracujá, pitaya, banana em 2021. O objetivo do projeto consiste em proporcionar a biodiversidade para a lavoura, renda extra, promover a produção orgânica e melhorar a qualidade da alimentação). 3- Jovens Baristas (um curso de capacitação para os jovens o ensinando —do campo à xícara). 4- Passaporte para os jovens (os órgãos responsáveis pelo <i>fair trade</i> proporcionam oportunidades para participarem de congressos, encontros fora do país. A cooperativa ajuda os jovens a terem o passaporte). 5- Kit Jovem (ferramentas para os jovens criarem o regimento, a logo e a divulgação do grupo). 6- Participação SEJA 2022 (encontro para os jovens). 7- Reuniões mensais/quinzenais (trabalhar com os jovens para a sucessão rural, os quais se reúnem para tratar de vários temas).</p>
<p>Projetos voltados para o Meio Ambiente (cooperados)</p>	<p>1- Biodigestor (pretende instalar na sede da COOPFAM para tornar-se sustentável). 2- Banheiro Seco (a implantação de banheiro fixo e móvel nas zonas rurais). 3- Captação de Água da Chuva (colocar calha e reaproveitar a água para uso na sede). 4- Educação Ambiental (cursos para os cooperados sobre a importância da preservação ambiental). 5- Energia Fotovoltaica (para a sede da COOPFAM se tornar sustentável. Com o intuito de expandir-se para os cooperados). 6- Garantindo Água Boa (análise da água das propriedades dos cooperados). 7-Barragem de Contenção de Erosão (conter erosão nas propriedades dos cooperados). 8- Produtores de Água (propriedades que têm minas de água, a cooperativa faz doações de materiais e árvores, além de fornecer cursos para garantir a preservação da mina). 9- Eliminadores de fumaça para secadores de café (eliminar a fumaça poluente que sai do secador de café dos cooperados). 10-Instalação de Biodigestor (para banheiro e cozinha. Em fase experimental, alguns produtores implementaram em suas propriedades). 11-Kit de coleta seletiva (materiais como os lixos de reciclagem para colocar nas propriedades dos cooperados). 12- Restauração da área degradada (restaurar a área de preservação permanente na propriedade do cooperado). 13-Distribuição de mudas nativas e frutíferas (doações de mudas para restaurar áreas degradadas). 14-Sombreamento de café com macadâmia (plantar macadâmia no meio do café para aumentar a renda e também a produção do café sombreado; o café sombreado ele ameniza o clima quente). 15-Demarcação da zona tampão (área onde não pode ser aplicado o agrotóxico como: ao redor da casa, na beira de córregos, perto de nascentes, etc.) 16-Colmeia (um grupo com parceria com a COPASA, objetivo: reflorestamento na beira de rios e nascentes). 17-Paisagem sustentável (voltado para o agroflorestal no meio do café, café com outras espécies de plantas).</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Após essa contextualização da cooperativa, a análise a seguir busca verificar se a COOPFAM se configura como uma organização solidária, além de compreender a influência do *fair trade* no seu processo organizativo e os principais desafios enfrentados.

4.2 COOPFAM: uma organização solidária?

A COOPFAM surgiu como associação e, posteriormente, tornou-se cooperativa (Pedini, 2011). Ambas as formas organizativas são expressões centrais da Economia Solidária (França Filho, 2003; Gaiger, 2013). Com o crescimento da base de membros e das operações comerciais, a estrutura associativa passou a limitar a atuação da entidade, inclusive gerando irregularidades, exigindo a transformação em cooperativa para assegurar a legalidade, ampliar a capacidade econômica e promover o desenvolvimento socioambiental (França Filho; Eynaud, 2020).

A aproximação com o modelo europeu do comércio justo, especialmente por meio de experiências na Alemanha, inseriu a COOPFAM em outra vertente da Economia Solidária (França Filho, 2001, 2003, 2013). A certificação *fair trade* permitiu eliminar atravessadores e garantir preço mínimo “justo” para o café, promovendo maior renda aos cooperados mesmo em contextos de queda no mercado convencional.

A COOPFAM se define como uma cooperativa de pessoas, priorizando relações humanas sobre o capital. Seus valores centrais são cooperação, solidariedade e sustentabilidade. Seus objetivos envolvem a melhoria da produção e da qualidade de vida dos cooperados e da comunidade, além de estimular mudanças de mentalidade e comportamento social (COOPFAM, c2018).

Nas entrevistas, os cooperados destacaram princípios como honestidade, coletividade, união, ética, transparência, comprometimento, igualdade, fé e valores familiares como fundamentos da cooperativa. Também relataram que a organização busca transformar a vida dos produtores, oferecer capacitação, reduzir o uso de agrotóxicos, garantir qualidade ao produto, promover o cuidado ambiental e fortalecer a cooperação interna.

A convergência entre discurso e prática revela que os valores da COOPFAM são efetivamente incorporados ao cotidiano organizacional, indo além da retórica (Serva, 1996), como apontado por Zeus, ao enfatizar que as ações da cooperativa são guiadas por esses princípios, refletindo-se na vida de seus membros.

A gente não tem só num quadro lá pregado assim bonitinho não, [...] cada departamento tem, tem isso (os princípios e valores) pra todos os colaboradores olharem e pros produtores chegar e ver também. E sempre tá levando e divulgando isso, pra você viver realmente aquilo (ZEUS).

Os cooperados reconhecem os objetivos econômicos da COOPFAM, mas sempre os associam aos aspectos sociais e ambientais. Como afirma Áries: “quanto mais café melhor, desde que não agrida [...] o meio ambiente [...] não é só dinheiro”. Para ele, o bem-estar do cooperado é tão importante quanto os resultados financeiros. Ainda segundo Áries, “essas duas coisas andam junto [...] o financeiro e o amor que a gente tem pela natureza”. Essa perspectiva reflete a lógica da Economia Solidária, que preconiza o equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais (França Filho; Eynaud, 2020; Singer, 2013).

A COOPFAM, fundamenta-se nos aspectos e características da Economia Solidária (Singer, 2013), pois, conforme os relatos, na cooperativa há propriedade coletiva, autogestão, decisão democrática, foco no bem-estar, valorização da equidade e incentivo à emancipação crítica. Os cooperados têm consciência de que são proprietários da organização, e os recursos financeiros são distribuídos entre remuneração, melhorias internas e projetos coletivos. Esses elementos se assemelham com as características essenciais de uma organização solidária abordada por França Filho e Eynaud (2020), portanto, pode-se considerar que a COOPFAM é uma organização solidária.

Ao serem apresentados ao termo "Economia Solidária", os entrevistados o associaram a ideias como solidariedade, *fair trade*, cooperativismo, qualidade de vida, preservação ambiental, sustentabilidade, capacitação e justiça social — confirmando a complexidade e a amplitude da temática (Araújo, 2014; Pinheiro, 2013). Liz, por sua vez, foi a única a abordar

diretamente o sistema capitalista, suas consequências negativas e como a Economia Solidária se apresenta como alternativa transformadora, em sintonia com as críticas de Singer (2013).

Eu penso um pouco isso né, essa Economia Solidária assim eu acho que é meio isso que a gente pratica aqui né [...]. Não adianta você crescer e ficar enorme, e todo mundo ao teu redor na miséria, isso ninguém cresce né, o ambiente tem que ser bom para todos, porque numa Economia Capitalista vamos dizer assim aumenta a violência né, quanto mais pobreza mais violência mais uso de drogas. Tantos problemas que surgem né, então eu entendo que na Economia Solidária quando você tenta desenvolver toda a sociedade você minimiza esses problemas que poderiam vir a surgir (LIZ).

Dos onze entrevistados, oito reconhecem o *fair trade*, o cooperativismo e a COOPFAM como parte da Economia Solidária. Apenas a colaboradora mencionou ter participado de curso sobre o tema. Dois cooperados desconheciam o termo e três demonstraram insegurança ao explicá-lo. Luna utilizou do termo Terceiro Setor, corroborando com as diversas nomeações dada a essa economia, mas, conforme França Filho (2001, 2003, 2013), essas expressões não são sinônimas, pois possuem contextos e significados distintos.

Essa realidade demonstra a necessidade de aprofundamento do tema Economia Solidária dentro da COOPFAM. Frida reconhece a prática, mas ressalta a carência de entendimento: “a gente exerce mais a ação da Economia Solidária do que entende em explicar ela”. Mesmo com práticas sólidas de cooperação e solidariedade, há desconhecimento sobre a Economia Solidária, de seus conceitos, características e aspectos que a envolvem.

Constata-se um entendimento fragmentado entre os membros, que restringem a Economia Solidária ao cooperativismo e ao comércio justo, o que enfraquece o movimento (Gaiger, 2003; Singer, 2013; Stahl; Schneider, 2013), e ao pensar no fortalecimento dessa economia como um todo, este deve ser um ponto a ser melhorado pela cooperativa. Uma vez compreendido o contexto em que a cooperativa está inserida, e a caracterizar como uma organização solidária, o próximo tópico aprofunda sobre os principais desafios vivenciados pela COOPFAM.

4.3 Os principais desafios da COOPFAM

Este tópico analisa os principais desafios enfrentados pela COOPFAM, destacando ações adotadas para superá-los e apontando melhorias necessárias. Diferente do que propõem França Filho (2002), Singer (2013) e Stahl e Schneider (2013), a cooperativa não surgiu como resposta ao desemprego, mas para eliminar atravessadores na venda do café e produzir de forma ambientalmente sustentável. Essa motivação aproxima-se das origens das organizações solidárias no contexto europeu, que buscavam formas alternativas para lutar e resistir a lógica capitalista (Araújo, 2014; Oliveira, 2013).

Nos primeiros anos, a cooperativa enfrentou dificuldades por falta de planejamento, estrutura e domínio da autogestão (Singer, 2013; Stahl; Schneider, 2013). A crise mais grave ocorreu em 2010, marcada por má gestão e autoritarismo do presidente, afastando a organização de seus princípios solidários (Davis; Bialoskorski Neto, 2010; França Filho; Eynaud, 2020). Segundo Zeus, o clima era de medo e opressão. A administração priorizava o lucro, negligenciando os aspectos sociais. A superação veio com a substituição do conselho administrativo, resgate dos princípios solidários e adoção de auditorias externas.

Outro problema foi a exclusão de mulheres. Inicialmente, apenas homens podiam se associar. A entrada da primeira mulher se deu após a morte do marido cooperado. Com isso, o estatuto foi alterado, passando a aceitar cooperadas e, posteriormente, surgiu um núcleo consultivo formado apenas por mulheres, para fortalecer a participação feminina na cooperativa. Atualmente, mulheres ocupam cargos de liderança, inclusive a presidência, um avanço raro no cooperativismo (Simon; Boeira, 2017). No entanto, as entrevistadas reconhecem

que a desigualdade de gênero persiste fora da cooperativa, especialmente no meio rural. Apesar dos avanços deste aspecto na cooperativa, a discussão de gênero ainda é restrita às mulheres, carecendo de uma abordagem mais ampla que inclua raça, sexualidade e classe social.

A cooperativa também lida com o ingresso de cooperados interessados apenas em benefícios financeiros, sem envolvimento com os valores da organização (Stahl; Schneider, 2013). Para enfrentar isso, foi implantado um curso introdutório de seis meses para novos candidatos, abordando temas como cooperativismo, *fair trade* e estrutura da COOPFAM. A participação em reuniões e assembleias, sem direito a voto também é exigida neste período. A intenção é garantir maior alinhamento com os princípios solidários (Singer, 2013).

Para sistematizar os pontos fortes e frágeis da cooperativa segundo a percepção dos entrevistados, elaborou-se o Quadro 04, com o objetivo de apoiar futuras melhorias e consolidar a COOPFAM como referência em Economia Solidária.

Quadro 04 - Pontos fortes e fracos da COOPFAM (perspectiva dos entrevistados)

<u>Aspectos positivos</u>	<u>Aspectos a ser melhorados</u>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura e espaço físico amplo e adequado. 2. A COOPFAM está integrada à rede <i>fair trade</i>. 3. Proporciona melhor qualidade de vida para o cooperado. 4. O desenvolvimento de projetos sociais. 5. Os cooperados são participativos e comprometidos com a cooperativa. 6. Há cooperação entre os cooperados. 7. Preocupação com as questões ambientais. 8. Os cooperados conseguem colocar em prática os princípios, valores e objetivos traçados pela COOPFAM. 9. Gestão Democrática. 10. A valorização do indivíduo. 11. Promove diversos cursos de educação e capacitação para o cooperado e os colaboradores. 12. Há realização de parcerias com as universidades, institutos federais e órgãos governamentais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Clima ambiental instável e desequilibrado (impacta diretamente na plantação do café). 2. Instabilidade no mercado (queda do preço de venda do café). 3. Exigência de qualidade nos grãos de café (o processo de catação dos grãos de café é rigoroso, diminuindo o retorno financeiro do cooperado). 4. Excesso de colaboradores (após o término da safra, o serviço diminui e conseqüentemente, alguns colaboradores ficam ociosos). 5. A qualificação dos técnicos e melhoramento nos processos e funcionamento do armazém. 6. Nomeação de um gerente. 7. Estimular a equidade no ambiente interno da cooperativa. Intensificar os cursos sobre a produção orgânica e os malefícios do uso do agrotóxico. 8. Trabalhar com a questão de gênero, não somente mulheres, mas a questão de classe social, raça, sexualidade. 9. Melhorar a comunicação entre a cooperativa e os cooperados, intensificar a participação ativa das mulheres e o trabalho com os jovens.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A partir do quadro 04, nota-se que alguns problemas da COOPFAM são externos e fora de seu controle, como a oscilação do preço do café e as condições climáticas, mas estratégias podem ser adotadas para reduzir seus impactos. Já o rigor na catação dos grãos, exigência de compradores internacionais, é difícil de alterar, embora os grãos rejeitados são vendidos, mesmo com menor valor.

Os demais pontos a melhorar dizem respeito à gestão interna e podem ser discutidos nas reuniões e assembleias, promovendo reflexões e propostas de melhorias pelos cooperados. Os aspectos positivos destacados pelos membros refletem os princípios da Economia Solidária (França Filho; Eynaud, 2020; Singer, 2013), com destaque para a capacidade de transformação da cooperativa. Ao identificar problemas e buscar soluções coletivas, a COOPFAM demonstra comprometimento com seus valores, reforçando que organizações solidárias dependem de indivíduos também solidários (Serva, 1997; Singer, 2013).

Outra questão a ser destacada, que aparece na fala dos entrevistados, principalmente de Zeus, é que a comercialização do café da cooperativa é realizada predominantemente por meio do comércio justo, uma relação que a organização do Sul fornece, neste caso o café, para os

consumidores do Norte - um problema apontado por Laville (2023). Assim, os próprios cooperados temem essa dependência gerada pelo comércio justo, que se por um lado possibilita o desenvolvimento de diversas ações, projetos e melhores rendas, na ausência do comércio justo, a cooperativa e seus cooperados sofreriam diversos impactos negativos, dificultando o funcionamento e o desenvolvimento da COOPFAM, por isso, os cooperados consideram necessário pensar em ações para diminuir essa dependência, como por exemplo, desenvolver novas parcerias e formas de comércio.

Dessa forma, entende-se que o *fair trade* funciona como uma rede solidária que possibilita o fortalecimento das organizações que a compõem, promovendo diversos benefícios para o cooperado, os colaboradores, a comunidade local e para os consumidores. Mas, apesar do *fair trade* se manter estável e viável a anos, por se tratar de uma relação hierarquizada financeiramente Norte-Sul, marcada por compradores (detém o dinheiro - Norte) e produtores (precisam do dinheiro - Sul), os membros das organizações do sul se sentem inseguros, considerando a comercialização no comércio justo incerto e frágil. Portanto, o *fair trade* se mostra um caminho para fortalecer a Economia Solidária, porém este também enfrenta fragilidades a serem sanadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender a atuação do sistema *fair trade* na Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), por meio de um estudo qualitativo básico. A análise revelou que o comércio justo foi um fator estruturante para o desenvolvimento organizacional, econômico, social e ambiental da cooperativa, possibilitando o fortalecimento de práticas alinhadas aos princípios da Economia Solidária, como a autogestão, a valorização humana, a solidariedade e a sustentabilidade.

Dentre os principais resultados, destaca-se que a inserção da COOPFAM no sistema *fair trade* proporcionou acesso a mercados diferenciados e a recursos que permitiram a execução de uma ampla gama de projetos voltados para os cooperados, suas famílias, a comunidade e o meio ambiente. Constatou-se, ainda, que os cooperados compreendem e vivenciam os princípios solidários no cotidiano, mesmo que, por vezes, não reconheçam conceitualmente a Economia Solidária. Além disso, identificou-se que a COOPFAM se consolidou como uma organização solidária, ao articular objetivos econômicos com transformações sociais e ambientais, demonstrando coerência entre discurso e prática.

Como contribuição, o artigo reforça a relevância do *fair trade* como uma estratégia viável para o fortalecimento da Economia Solidária, especialmente no meio rural, e evidencia a capacidade transformadora das cooperativas quando guiadas por valores democráticos e coletivos. No entanto, a pesquisa também apontou limitações importantes, como o conhecimento fragmentado dos membros da cooperativa sobre Economia Solidária, e desafios relacionados à equidade de gênero, má gestão, introjeção dos membros aos princípios solidários, instabilidade do mercado cafeeiro e dependência ao sistema *fair trade*.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o recorte temporal e geográfico restrito a uma única cooperativa e o número limitado de entrevistas. Para futuras pesquisas, sugere-se a ampliação do estudo para outras cooperativas inseridas no sistema *fair trade* em diferentes regiões do Brasil, bem como investigações comparativas entre organizações com e sem certificação, a fim de aprofundar a compreensão dos impactos desse sistema na consolidação da Economia Solidária.

A trajetória da COOPFAM revela que quando princípios solidários são mais do que palavras e se materializam em ações concretas, torna-se possível construir alternativas reais ao modelo capitalista tradicional — mais justas, humanas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. Cooperativismo e Economia Solidária sob o olhar filosófico latino-americano: a crítica da colonialidade. **Lex Humana**. Petrópolis, v. 6, n. 2, p.82-101, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. (Obra original publicada em 1977). Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BORSKY, S.; SPATA, M. The impact of Fair trade on smallholders' capacity to adapt to climate change. **Sustainable Development**, v. 26, n. 4, p. 379–398, 2018.
- BRFAIR – ASSOCIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FAIRTRADE DO BRASIL. Quem somos. **BRFAIR**, c 2024. Disponível em: < <http://www.brfair.org.br/quem-somos/apresentacao/>>. Acesso em: 18 de junho de 2025.
- BÜRGIN, D.; WILKEN, R. Increasing Consumers' Purchase Intentions Toward Fair-Trade Products Through Partitioned Pricing. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 181, n. 4, p. 1015–1040, 2021.
- CALDAS, A. C. **Com recriação da Senaes, empreendedores da Economia Solidária pedem reestruturação do setor**. Brasil de Fato, Curitiba, 4 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/04/com-recriacao-da-senaes-empresarios-da-economia-solidaria-pedem-reestruturacao-do-setor/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.
- CHERON, C.; COLOMBY, R.; SALVAGNI, J. Economia solidária: gestão pública, desenvolvimento sustentável e democracia no Brasil. In: CALGARO, C. (org.) **Constitucionalismo e Meio Ambiente**, Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 19-35, 2020.
- CLAC – COORDENADOR LATINO- AMERICANO E DO CARIBE DE PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES DO COMÉRCIO JUSTO. Quiénes Somos. **CLAC**, c2022. Disponível em: < <https://clac-comerciojusto.org/quienes-somos-2/>>. Acesso em: 18 de junho de 2025.
- COOPFAM- COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO E REGIÃO. Institucional. **COOPFAM**, c2018. Disponível em: <<https://coopfam.com.br/institucional/>>. Acesso em: 20 de junho de 2025.
- COSTA, J. C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun., 2011.
- DAVIS, P.; BIALOSKORSKI NETO, S. Governança e gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. **ESAC- Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 5, n. 1, jan./jun., 2010.
- FAIRTRADE INTERNATIONAL. The code Fairtrade organization code. **FAIRTRADE INTERNATIONAL**, 2019. Disponível em: < https://files.fairtrade.net/2019_FairtradeOrganizationCode.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2025.
- FERNANDEZ, B. P. M.. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 559-583, jul./set., 2018.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz, Porto Alegre: Bookman, 2 ed., 2004.

- FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, dez., 2001.
- FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, artigo 7, set./nov., p. 443–461, 2013.
- FRANÇA FILHO, G. C. A temática da Economia Solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **RAP- REVISTA DE Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 11-31, jan./fev., 2003.
- FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise & Dados Salvador**, SEI, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C.; EYNAUD, F. **Solidariedade e Organizações**: pensar uma outra gestão. Salvador: EDUFBA- Ateliê de Humanidades, p. 227, 2020.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n.39, p. 181-211, jul./dez., 2003.
- GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, junho, 2013.
- GAIGER, L. I. A Economia Solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- GUEVARA-ROSETO, G. C.; MONGE, K.; YÁÑEZ, H.; GUACHAMÍN, M.; FLOR, J. The impact of fair-trade certifications in social and solidarity economy organizations in Ecuador. **Regional Science Policy and Practice**, v. 16, n. 9, p. 100055, set. 2024.
- HILLENKAMP, I. Os universos da economia solidária: economias morais e relações sociais na região sul-americana. A. R. de Souza et M. Zanin (dir.), **Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**, São Carlos (Brasil), Editora UFSCar, 2017.
- LAVILLE, J. L. **Uma Economia para a Sociedade**: terceiro setor, economia social e economia solidária. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, p.428, 2023.
- LECHAT, N. M. P. Economia social, Economia Solidária, Terceiro Setor: do que se trata? **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, p. 123-140, jun., 2002.
- MARTINS, P. H. La nature symbolique et les usages politiques du bien vivre. **Revue Du Mauss**, Paris, n.43, p.75-87, 2014.
- MACHADO, M. I. Economia Solidária: economia de fronteira? **Otra Economía**, v. 8, n. 14, enero-junio, 2014.
- MARTINS, M. J.; TOLEDO, D. A. C. Novas perspectivas das relações de gênero por meio da agricultura familiar: o caso do grupo MOBI. **Caderno de Estudos Interdisciplinares (CEI)** - edição especial, III Congresso ICSA – VIII Semana PIEPEX, p. 90-105, 2018.

NASCIMENTO, L. S.; STEINBRUCH, F. K.— The interviews were transcribed, but how? Reflections on management research. **RAUSP Management Journal**, v. 54, p. 413-429, set., 2019.

OLIVEIRA, E. D. O cooperativismo popular como expressão da economia solidária: conceitos e desafios. **Geoinf - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 5, n. 1, p. 149-172, 2013.

PEDINI, S. **Fair trade: alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares**. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal de Lavras (UFLA). Lavras, MG, p.174, 2011.

PEDINI, S.; MACHADO, R. T. M. Fair trade: possibilidades de empoderamento de cafeicultores familiares no sul de Minas Gerais. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 457-481, 2014.

PINHEIRO, D. C. **Em busca de contribuições para a gestão na Economia Solidária: um estudo a partir da literatura e do caso Cecosola**. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Tese de Doutorado em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas, p. 395, 2013.

PINHO, L. **Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização**. Le Monde Diplomatique, 30 jul., 2019. Acervo On-line. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2021.

RAZETO, L. **De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad un Proyecto de Desarrollo Alternativo**. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.

SAMUEL, A.; DERRICK, F. W.; SCOTT, C. “Fair trade,” Market Failures, and (the Absence of) Institutions. **Review of Social Economy**, v. 72, n. 2, p. 209–232, jun. 2014.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.

SERVA, M. **Racionalidade e Organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. Volumes I. São Paulo: FGV, 1996. Tese de Doutorado em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 1996.

SIMON, V.; BOEIRA, S. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos**, v.53, n. 3, p. 532-542, set./dez., 2017.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 6ª ed., p. 127, 2013.

STAHL, R. L.; SCHNEIDER, J. O. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 2, p. 197-206, mai./ ago., 2013.

STATISTA. **Fairly traded products market in the United States**. 2018. Disponível em: <https://www-statista-com.revproxy.esceurope.eu/study/12462/fairly-trade-products-market-in-the-united-states-statista-dossier/>. Acesso em: 13 jun. 2025.